

2005 (Novembro) a 2007 (Maio) — directora do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro da Justiça (despacho conjunto n.º 1032/2005, de 16 de Novembro);

2005 (Maio a Setembro) — chefia funcional no Departamento de Produção Jurídica da Direcção de Serviços de Assuntos de Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (República Popular da China);

2005 — nomeada técnica superior de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

2002 (Novembro) a 2005 (Maio) — técnica superior assessora no Departamento de Produção Jurídica da Direcção de Serviços de Assuntos de Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (República Popular da China);

2000 (Outubro) a 2002 (Outubro) — directora-adjunta do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça com funções de substituição do director nas suas ausências e impedimentos. Vogal suplente do Conselho Superior de Estatística. Presidente do júri do concurso internacional para a reformulação do sistema de informação das Estatísticas da Justiça;

2000 — nomeada, em 6 de Junho de 2000, em regime de substituição, chefe da Divisão de Migrações da Direcção de Serviços de Migrações e Apoio Social, Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1999 — nomeada técnica superior de 2.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1996 a 1998 — jurista na Direcção de Serviços de Migrações e Apoio Social da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas — Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1995 (Abril) — inscrição como advogada estagiária na Ordem dos Advogados — Conselho Distrital de Lisboa (inscrição actualmente suspensa).

V. Outros cargos/funções de interesse público:

Em Janeiro de 2006 foi nomeada vogal no Conselho Superior de Estatística, em representação do Ministério da Justiça, mediante despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro da Presidência (despacho conjunto n.º 89/2006, de 12 de Janeiro);

De Janeiro de 2006 a 28 de Agosto de 2008, exerceu funções como presidente na Secção do Segredo Estatístico do Conselho Superior de Estatística;

De 6 de Junho de 2007 a Dezembro de 2009, integrou a Comissão Paritária criada pela Concordata celebrada entre a República Portuguesa e a Santa Sé, tendo sido nomeada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2007, de 6 de Junho;

De 15 de Fevereiro de 2008 a Dezembro de 2009, que, por despacho do Ministro da Justiça, representou o Ministério da Justiça no Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços (previsto no artigo 28.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro);

Em 15 de Fevereiro de 2008, foi designada por despacho do Ministro da Justiça, representante do Ministério da Justiça na Comissão Consultiva do Programa Escola Segura;

De 31 de Março a Dezembro de 2009 que, por despacho do Ministro da Justiça, assegurou a representação do Ministério da Justiça como vogal na Comissão para a Eficácia das Execuções (prevista no artigo 69.º-D do Decreto-Lei n.º 226/2008, de 20 de Novembro).

203119483

Despacho n.º 6509/2010

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 78/2007, de 27 de Março, e da Portaria n.º 1113/2007, de 19 de Dezembro, e por proposta do respectivo director-geral, nomeio para exercer funções como consultor na Direcção-Geral de Administração Interna, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado Carlos António Gomes Fogaça — a quem respeita a nota biográfica anexa ao presente despacho —, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2010.

6 de Abril de 2010. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

Curriculum vitae

I. Identificação pessoal:

Nome: Carlos António Gomes Fogaça;
Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1960;
Nacionalidade: portuguesa.

II. Habilitações literárias:

Licenciatura em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

III. Experiência Profissional:

2009 — integrou o grupo de trabalho que traduziu e adaptou à realidade portuguesa o Manual de Diagnósticos de Locais de Segurança (Guidance on Local Safety Audits. A Compendium of International Practice) para a Direcção-Geral da Administração Interna. E coordenou a edição da Colectânea bilingue de Textos sobre o Crime de Tráfico de Seres Humanos para o Observatório de Tráfico de Seres Humanos;

2006-2009 — desempenhou funções de consultor sénior para projectos especiais, em empresa privada, desenvolvendo trabalhos no âmbito da criatividade e inovação organizacional;

1996-2006 — fundou e geriu diversas empresas de comunicação e multimédia, desenvolvendo conceitos para televisão, rádio, cinema e imprensa, e produzindo audiovisual para televisão e produção cinematográfica;

1989-2000 — foi funcionário da RDP — Radiodifusão Portuguesa, S. A., onde desempenhou funções de director do Centro de Formação (1989/1994), coordenador no Departamento de Estudos de Audiência (1995/1996), e de responsável da valência Marketing (1996/00).

1997-1998 — desempenhou funções de adjunto do Ministro da Administração Interna;

1990-1995 — foi professor no IADE — Instituto de Artes Visuais e Design, Marketing, nas licenciaturas de Marketing e Publicidade, na cadeira de Sociologia;

1987-1989 — desempenhou funções de director executivo de empresa de consultoria, onde também desenvolveu diversos projectos como executivo principal.

203119572

Gabinete da Secretária de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 6510/2010

No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho do Ministro da Administração Interna n.º 1717/2010, de 15 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 26 de Janeiro de 2010, e nos termos dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no coordenador de equipas da Unidade de Tecnologias de Informação e Segurança (UTIS), engenheiro Carlos Manuel Teles Ferreira Gonçalves, com a faculdade de subdelegar, a competência para a prática dos seguintes actos:

a) Conferir posse aos chefes de equipas multidisciplinares, nos termos previstos no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 121/2009, de 21 de Maio;

b) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, bem como em circunstâncias excepcionais e delimitadas no tempo, trabalho excepcional que ultrapasse as 100 horas por ano, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 161.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro;

c) Nos termos e ao abrigo da legislação em vigor, conceder licenças sem vencimento por um ano e licenças sem vencimento de longa duração e a sua renovação, bem como autorizar o regresso à actividade;

d) Autorizar a inscrição e a participação de funcionários, agentes e outros colaboradores da UTIS em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram no estrangeiro.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando ratificados todos os actos praticados pelo coordenador de equipas da UTIS que se enquadrem nos poderes ora conferidos, desde a data da respectiva posse.

1 de Abril de 2010. — A Secretária de Estado da Administração Interna, *Maria Dalila Correia Araújo Teixeira*.

203117174

Governo Civil de Vila Real

Despacho n.º 6511/2010

Por meu despacho de 30 de Março de 2010, e com efeitos a partir de 1 de Abril de 2010, a trabalhadora do Mapa de Pessoal do Governo Civil de Vila Real, Maria Alice Alves Brites, da Carreira de Assistente Operacional passa, pelo prazo de um ano, por mobilidade interna — intercarreiras, a exercer funções da Carreira de Assistente Técnico, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com a remuneração correspondente

à 1.ª posição remuneratória da citada carreira, 5.º nível remuneratório, no montante, para o ano de 2010, de 683,13 Euros.

Vila Real, 30 de Março de 2010. — O Governador Civil do Distrito de Vila Real, *Alexandre Chaves*.

203120421

Despacho n.º 6512/2010

Por meu despacho de 30 de Março de 2010, e com efeitos a partir de 1 de Abril de 2010, a trabalhadora do Mapa de Pessoal do Governo Civil de Vila Real, Maria José Pinto Mesquita, da Carreira de Assistente Operacional passa, pelo prazo de um ano, por mobilidade interna — intercarreiras, a exercer funções da Carreira de Assistente Técnico, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da citada carreira, 5.º nível remuneratório, no montante, para o ano de 2010, de 683,13 Euros.

Vila Real, 30 de Março de 2010. — O Governador Civil do Distrito de Vila Real, *Alexandre Chaves*.

203120998

Guarda Nacional Republicana**Comando Territorial de Évora****Despacho n.º 6513/2010**

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e nos termos do n.º 2 do despacho n.º 11/09, do tenente-general comandante-geral de 8 de Janeiro de 2009, publicado no

Nome completo	Categoria profissional	Data	Posição remuneratória	Motivo
Judite Guiomar Vinagre Martins . . .	Técnica superior.	01-02-2010	Posição 6.ª — Nível 31	Aposentação.
Maria Amélia Santos Damas	Especialista informática G3 N2	01-02-2010	Escalão 4 — Índice 900	Aposentação.
Maria Deolinda Ferreira Nunes	Assistente técnica.	01-03-2010	Posição 2.ª — Nível 17	Aposentação.

Lisboa, 29 de Março de 2010. — O Vogal do Conselho Directivo, *Ponciano de Oliveira*.

203120754

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO**Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento****Despacho n.º 6514/2010**

A Nokia Siemens Networks Portugal, S. A., integra o grupo Nokia Siemens Networks, resultante de uma *joint-venture* entre a Nokia e a Siemens, que opera em cerca de 150 países e é líder no mercado global de serviços de comunicação. A Nokia Siemens Networks Portugal, S. A., apresentou, no âmbito do regime contratual, a candidatura ao Sistema de Incentivos à Inovação, ao abrigo da Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 353-C/2009, de 3 de Abril, de um projecto que consiste na criação de um centro de serviços de telecomunicações global (Global Networks Solution Center), localizado em Alfragide, para a prestação de serviços a clientes em todo o mundo. O investimento em causa excede os 6,92 milhões de euros, prevendo-se o alcance, no ano de 2014, de um valor anual de prestação de serviços e ou de proveitos suplementares de cerca de 10,79 milhões de euros e a afectação ao projecto de 300 postos de trabalho directos e permanentes a preencher por trabalhadores com grau de qualificação igual ou superior a licenciatura. O projecto da Nokia Siemens Networks Portugal, S. A., por se enquadrar na tipologia definida no n.º 3 do artigo 5.º do regulamento anexo à Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 353-C/2009, de 3 de Abril, foi, nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março, considerado de interesse estratégico para a economia nacional/da região por força da Resolução de Conselho de Ministros n.º 117/2008, de 10 de Julho. Dado o seu impacto macroeconómico, considera-se, assim, que o projecto é de grande relevância para a economia nacional

Diário da República, 2.ª série, n.º 36, de 20 de Fevereiro de 2009, com n.º 5833/2009, subdelego no comandante do Destacamento Territorial de Évora, capitão de infantaria Fernando Miguel Magano Martins, as minhas competências para a prática dos seguintes actos:

Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte.

2 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 18 de Janeiro de 2010.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º, do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados, no âmbito das matérias ora subdelegadas, até à sua publicação no *Diário da República*.

10 de Março de 2010. — O Comandante Interino, *João Manuel Fialho de Sousa*, tenente-coronel de infantaria.

203117839

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.****Aviso n.º 7341/2010**

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, publica-se a lista nominativa do pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça que cessou funções:

e reúne as condições necessárias à concessão de incentivos financeiros previstos para os grandes projectos de investimento, o que justificou a sua aprovação, naquele sistema de incentivos, através do despacho do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, de 31 de Dezembro de 2008. Assim, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 203/2003, de 10 de Setembro, determino:

1 — Aprovar a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar pelo Estado português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a Nokia Siemens Networks Portugal, S. A., que tem centro de serviços de telecomunicações global desta sociedade, localizado em Alfragide.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

5 de Abril de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

203118608

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo**Despacho n.º 6515/2010**

Atento o pedido de atribuição de utilidade turística a título definitivo ao Congress Hotel & Spa Turismo de S. Mamede, de 3 estrelas, sito no concelho de Portalegre, de que é requerente a sociedade Fernandes, Jorge & Soares, S. A., e;

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e o parecer do presidente do conselho directivo do Turismo de Portugal, I. P., que considera estarem reunidas as condições para a atribuição da utilidade turística a título definitivo ao empreendimento, decido:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, atribuo a utilidade turística a título definitivo ao Congress Hotel & Spa, de 3 estrelas, sito no concelho de Portalegre, de que é requerente a sociedade Fernandes, Jorge & Soares, S. A.